

22 DE Julho de 2009

**DEBATE DA PETIÇÃO N.º 504/x/3.^a - APRESENTADA PELO
MOVIMENTO CÍVICO DA LINHA DO TUA**

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, vamos passar à apreciação da petição n.º 504/X (3.^a) — Apresentada pelo Movimento Cívico pela Linha do Tua, manifestando o seu descontentamento pela decisão do Governo de destruir o último troço da Linha do Tua em funcionamento para construção de uma megabarragem na foz do rio Tua.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar, em nome do PCP, o empenhamento cívico, a vivacidade e persistente intervenção cidadã do Movimento Cívico pela Linha do Tua, que promoveu esta petição. Quer saudá-los em nome do partido que sempre se bateu — e foi o único a fazê-lo — contra o encerramento das linhas férreas de Trás-os-Montes e Alto Douro decretado por Governos do PS, do PSD e do CDS-PP — tenho de repetir esta referência, Srs. Deputados, por causa da falta de memória do Deputado Mota Andrade, e não só!

Aquilo que a petição hoje em debate pretende atalhar é o corolário lógico da política de recuperação capitalista daqueles partidos, que liquidou parte importante do sistema ferroviário português.

PS, PSD e CDS-PP devem estar satisfeitos: estão prestes a cumprir-se integralmente os seus desígnios contra a ferrovia transmontana e duriense.

Agora, o «tempo eleitoral», tempo sempre propício a promessas generosas e boas intenções, permite compreender todo o jogo de cintura do Governo, o «sim» e o «assim assim» do Ministério das Obras Públicas.

«Venderam» a barragem à EDP, porque o Governo precisa de atalhar dois défices, o orçamental e o tarifário, e agora querem que a EDP construa uma nova, mas a EDP declina, actualmente, essa responsabilidade de construção de uma linha alternativa, a que ficou, aliás, obrigada nos cadernos de encargos. Veremos os compromissos claros que serão assumidos até aos actos eleitorais!

É evidente que a liquidação da rede ferroviária na região, em vez da necessária modernização e densificação, inclusive com o fecho da malha pelo norte, à semelhança do que existe do outro lado da fronteira, conduzia, a prazo, ao que vem acontecendo e ao que está a acontecer aos pequenos «ramais» que restam, cuja lógica económica e social

se entende num contexto de rede, cuja lógica, também é evidente, exige outras políticas regionais de investimento público, de dinamização económica, de crescimento demográfico, exactamente o contrário do que fez este e os anteriores governos: desertificação humana e empobrecimento económico!

O Sr. Presidente: — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — O PCP continuará a lutar pelo desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, logo continuará a luta por uma rede ferroviária regional, inclusive com a electrificação e requalificação da Linha do Douro, logo continuará a lutar por uma Linha do Tua integral e moderna!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta petição, organizada pelo Movimento Cívico da Linha do Tua, é subscrita por mais de 5000 pessoas e vem no seguimento do que tem sido uma política de desinvestimento e de falsas promessas deste Governo. E é conveniente lembrar os trágicos acidentes que ocorreram entre Fevereiro de 2007 e Agosto de 2008, de que resultaram 4 mortos e mais de 30 feridos.

Apesar das promessas e do que, entretanto, até a Sr.^a Secretária de Estado referiu quanto ao investimento que iria ser feito na Linha para que esta fosse rapidamente reaberta, verificamos que há uma contradição entre estas declarações e o que acontece no terreno. E há também uma contradição entre o que é dito pela Sr.^a Secretária de Estado e o que é dito pela EDP, entidade que construirá a barragem do Tua: enquanto a Sr.^a Secretária de Estado diz que esta é uma linha para manter, a EDP diz que é uma linha para submergir. É que, neste caso, nem a linha nem os comboios sabem nadar, tal e qual acontecia com as gravuras de Foz Côa!

Há que tomar aqui algumas decisões e, nessa medida, era necessário que o Governo nos desse essa informação e nos tivesse dado um exemplo, em termos da prática administrativa e governativa, que fosse coincidente com que vinha praticando. Ou seja, vinha dizendo que iria fazer investimentos, mas eles não foram feitos; vinha

dizendo que a Linha iria reabrir, mas a Linha não reabriu! E estamos nesta situação há quase um ano e as populações locais não sabem o que as espera relativamente a esta matéria, o que é também motivo de angústia para todos os peticionantes.

Nesta medida, o CDS irá continuar a acompanhar esta situação e não deixará de, em próximas legislaturas, fazer cumprir aquele que é o desejo destas populações e o interesse de todo o Vale do Tua.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Vaz.

O Sr. Luís Vaz (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Linha do Tua teve a sua construção no final do século XIX e foi-se mantendo como linha estreita ao longo do tempo, servindo as populações daquela região, do distrito de Bragança, numa paisagem magnífica, com um traçado ímpar de beleza.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Luís Vaz (PS): — Entretanto, o mundo evoluiu, não paralisou. As estruturas rodoviárias foram avançando e a modernização da Linha passaria, eventualmente, pelo seu alargamento e pela destruição da sua beleza, que reside, precisamente, no tipo de Linha que ali existe.

A via-férrea deixou de ter utilização, deixou de ser útil para as pessoas que ali vivem e trabalham, que optaram pelo transporte rodoviário.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Falso!

O Sr. Luís Vaz (PS): — Assim, a Linha do Tua foi encerrada em devido tempo, e não interessa imputar culpas a um governo de esquerda ou de direita — neste caso, de direita.

Posteriormente, por acção da Câmara Municipal de Mirandela, foi transformado um pequeno troço em metro de superfície, mais tarde alargado até ao Tua, sem as necessárias adaptações ou as necessárias intervenções na própria linha férrea, o que

acabou por provocar alguns acidentes mortais — sendo os mortos, sobretudo, funcionários da CP, que são os seus principais utentes.

Aquela linha férrea não tem interesse para o transporte das populações, mas poderá ter interesse turístico. Mas o que é certo é que, em termos de fluxos turísticos, até hoje não se conhece um único operador turístico que se tenha interessado pela sua exploração.

Vozes do PS: — Verdade!

O Sr. Luís Vaz (PS): — Por outro lado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo — e bem — optou por uma política energética para o desenvolvimento do País com carbono baixo, investiu na energia das ondas, com experimentação e estudo (que irá dar os seus frutos, certamente), investiu fortemente na energia eólica, tendo o País coberto de aerogeradores, e investiu também na energia hídrica, todas elas energias limpas. Ninguém hoje quer sobreviver ou pretende viver sem essas energias!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Queira fazer o favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Vaz (PS): — Concluo já, Sr. Presidente. O programa de barragens é importante não só pela produção de energia, mas também pela reserva hídrica que vai permitir e que trará efeitos benéficos não só no amainar das alterações climáticas e no combate aos fogos florestais como também nos investimentos locais adjacentes que irão surgir para potenciar o turismo e o desenvolvimento regional.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a Helena Pinto (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria saudar vivamente os subscritores desta petição, que visam a defesa da Linha do Tua como um património nacional que importa preservar.

Com a intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, apetece-me dizer que fico quase sem palavras depois de o ouvir dizer que o mundo evoluiu e as vias

rodoviárias avançaram, que a via-férrea deixou de ser útil, que não há operadores turísticos interessados. Viva a barragem! Viva a EDP! — só faltou concluir desta maneira, Sr. Deputado.

Como só disponho de 2 minutos de intervenção, quero dedicá-los à Linha do Tua, a Linha centenária, a Linha que foi abandonada por incúria dos governos, que num só ano teve quatro acidentes, registando-se alguns mortos.

A função da Linha? É uma Linha única no mundo, é um valor patrimonial fundamental! Mas, para além disso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é uma Linha que tem um papel na mobilidade e na coesão daquele território — são os números da CP e é a própria Secretária de Estado que vem aqui admitir que o número de utentes daquela Linha está em crescendo.

No meio de tudo isto, surge a construção da barragem, cuja produção de energia, convém dizer, é mínima no universo geral das barragens e da energia que vão produzir para o nosso país, e ainda a posição do Presidente da EDP, arrogante, que quer a barragem e diz que nem sequer vai equacionar uma linha férrea alternativa para o transporte da população, como é recomendado no estudo ambiental.

Em conclusão, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: têm absoluta razão os peticionários que se dirigem à Assembleia da República e que a exortam a lutar pela preservação da Linha do Tua. Mas não é só a preservação, é o alargamento daquela Linha até Bragança e — porque não? — até Espanha, ligando a alta velocidade.

É possível desenvolver o turismo naquela região, é possível servir as populações, basta uma opção política, que se coloca neste momento, entre a barragem e a linha ferroviária.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, queria saudar os peticionários, saudar o Movimento Cívico da Linha do Tua e as populações. Os peticionários por motivarem, mais uma vez, a vinda deste tema à Assembleia da República — e tantas vezes Os Verdes o trouxeram aqui, durante esta Legislatura; o Movimento Cívico pelo bom trabalho que tem desenvolvido em defesa daquela Linha e daquele património; e as populações do vale do Tua pela coragem, pelo

apego e pela gratidão que têm demonstrado por aquela singular obra de arte, aquela obra-prima de engenharia portuguesa com 120 anos de existência, que lhes garantiu, durante tanto tempo, o direito à mobilidade e à deslocação para trabalhar, para estudar, para ir ao médico, para visitar a família ou, simplesmente, para cuidar do seu dia-a-dia.

A Linha e o Vale do Tua são paisagem ímpar e um cartão-de-visita de Trás-os-Montes, um potencial importantíssimo de desenvolvimento daquela região também ao nível do turismo que não se pode descartar. Aliás, o estudo de impacto ambiental da barragem da Foz do Tua refere-se à Linha e ao Vale como elemento unificador de uma identidade colectiva e cuja perda é assumida como uma perda colectiva.

Esta Linha, que outrora chegou a Bragança — e não assim há tanto tempo, Srs. Deputados — e que bem poderia chegar a Espanha, dando-lhe maior sustentabilidade económica e financeira, tal como o Vale, bem merecia ser classificada como património, como Os Verdes propuseram. Mas, mesmo sem a classificação, é bom lembrar que a Linha e parte do Vale já se encontram incluídos na parte Douro Vinhateiro como património mundial, classificado pela UNESCO.

No entanto, a opção do Partido Socialista é submergir a Linha, um crime de lesa-património pela destruição que vão operar naquela zona. Aliás, a intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista foi absolutamente clara no que diz respeito a essa matéria: a opção do Partido Socialista é a desistência, é a destruição daquele património de Trás-os-Montes, das gentes e das populações do Vale do Tua.

Que nível de elevação cultural do Partido Socialista é este? Que nível de elevação cultural é o do Governo, capaz de hipotecar um património único, destruindo um património que a natureza criou ao longo de milénios e um património que o homem soube sonhar para o nascimento de uma das mais belas linhas de montanha do mundo?

A tudo isto o Partido Socialista é insensível!

Só é sensível aos interesses do lucro da EDP, que até declina a responsabilidade de repor a Linha, fazendo pouco do próprio caderno de encargos da barragem, fazendo pouco do próprio Governo.

Lamentavelmente, o Partido Socialista, para produzir no máximo 0,5% da energia hidroeléctrica nacional, prefere destruir um património natural e cultural único impagável.

Srs. Deputados, «até ao lavar dos cestos é vindima», ou não estivéssemos na mais antiga região demarcada vitivinícola do mundo. Por isso, Os Verdes não baixarão os braços até ao fim!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira.

O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD): — Sr. Presidente, chegados ao fim da discussão desta petição aqui, no Parlamento, sobre a Linha do Tua, subscrita por 5000 peticionários, depois de dezenas de debates sobre esta temática, gostariam de dizer que, para nós, a Linha do Tua não é uma Linha qualquer. É uma Linha cujo projecto remonta a 1878 e que pode, de certo modo, simbolizar o transporte ferroviário convencional, transporte que, para o Partido Social Democrata, importa melhorar, proteger e aperfeiçoar.

Lamentamos que o Governo, nos últimos tempos, só pense em projectos megalómanos, em projectos relacionados com o TGV. O PSD está consciente da importância da linha convencional, daí defendermos a manutenção da Linha do Tua, bem como a importância do transporte ferroviário convencional.

O transporte ferroviário convencional deve ser uma opção e não uma sujeição. E, para nós, Sr. Presidente, há duas palavras que marcam este processo: indefinição e irresponsabilidade.

Queremos aqui apontar a indefinição da parte do Governo: indefinição do Ministério do Ambiente, que ou defende a Linha ou, então, levanta reservas à construção da Linha, e indefinição do Ministério dos Transportes, que, ou defende a Linha ou diz que a responsabilidade para a Linha se manter ou não é do Ministério da Economia. E os portugueses, perante esta indefinição, ainda não perceberam qual é, efectivamente, a posição do Governo!

A segunda palavra que o PSD aqui deixa, que é muito importante, é a palavra irresponsabilidade. Há uma irresponsabilidade pública que, mais uma vez, queremos denunciar, e denunciar de uma forma muito viva, no processo da Linha do Tua.

Tivemos o último acidente na Linha do Tua em Agosto do ano passado (vai fazer um ano), em que houve vítimas mortais. As inspecções apontaram como causa do acidente, precisamente, o empenamento da via e o seu desalinhamento. E que fez o Estado perante isto? Num caso em que há vítimas mortais, num caso em que não contou em preservar as condições mínimas de segurança da Linha, o Estado apenas mandou fazer um inquérito, inquérito do qual ainda não se conhecem conclusões!

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD): — Sr. Presidente, para concluir, tenho de dizer que isto é uma vergonha para o Estado (ou, se quiserem, para todos nós) e, em primeira linha, para o grande responsável pela tutela desta área, o Governo, que não apura as responsabilidades verdadeiras para que aquelas pessoas cujos familiares foram vítimas na Linha da Tua não vejam ressarcidas as consequências desses mesmos acidentes. Isto, para nós, merece ser denunciado mais uma vez!

Aplausos do PSD.